

**Gazeta do Povo – 24/01/2014**

## **Termelétricas encarecem conta de luz**

<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1442018&tit=Termeletricas-encarecem-conta-de-luz>

MARCO LADANCS/ GAZETA DO POVO



Lago de Itaipu, dois metros abaixo do nível normal: consumo alto e reservatórios baixos fazem o país depender mais das usinas termelétricas

>> SETOR ELÉTRICO

## **Termelétricas encarecem conta de luz**

Com pouca água nos reservatórios de hidrelétricas, país continua recorrendo às usinas térmicas. Mais caras, elas devem elevar as tarifas em 2014 e 2015

O ano começa com uma perspectiva de novos aumentos na conta de luz por causa do uso constante de usinas termelétricas. Em 2013, o governo federal gastou R\$ 9,5 bilhões para cobrir o gasto extra com a geração térmica, que é mais cara que a hidrelétrica. Esse valor será repassado ao consumidor em parcelas que vão de 2014 a 2018.

## Dependência não vai diminuir, diz especialista

Mesmo que os reservatórios estejam transbordando (o que não é o caso hoje), o país vai continuar dependente da energia térmica, mais cara e poluente. A avaliação é de Claudio Sales, do Instituto Acende Brasil.

“Há 12 anos, a proporção de energia armazenada nos reservatórios seria suficiente para seis meses de consumo. Hoje é suficiente para quatro meses. O consumo cresceu num ritmo maior que a capacidade de armazenamento”, explica. “A maior parte das hidrelétricas possíveis hoje são a fio d’água, sem reservatório. Isso significa que precisaremos ter o acionamento cada vez mais constante das térmicas.”

Outro problema, segundo ele, é que o parque térmico brasileiro foi construído com baixo investimento de construção e alto custo de geração, para atender apenas demandas pontuais. Segundo estudo do Acende Brasil, quase 42% da capacidade térmica do país tem custo unitário variável (CVU) acima de R\$ 200 por MWh – mais que o dobro do custo de boa parte das hidrelétricas.

Para piorar o cenário, o primeiro mês de 2014 vem registrando consumo recorde de energia e reservatórios baixos, o que não permite o desligamento das termelétricas e eleva o risco de uma alta ainda maior no preço em 2015. Os lagos do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que concentram 70% da capacidade de armazenamento do país, estão em apenas 41% do nível máximo. O índice é maior que o de um ano atrás (34%), mas ainda preocupa.

O reajuste relacionado ao uso de térmicas em 2013, estimado entre 7% e 10%, será parcelado em cinco anos por decisão do governo – antes, ele era todo repassado no momento do reajuste anual de cada concessionária.

“Apesar dos aumentos previstos para este ano, a tendência é de que haja uma pressão de preços maior em 2015, depois das eleições”, observa Erik Eduardo Rego, diretor da consultoria Excelência Energética.

## Curto prazo

A alta geração térmica afeta sobretudo o preço da energia de curto prazo, que deve ficar acima de R\$ 200 por MWh, segundo estimativa das comercializadoras. Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) médio ficou em R\$ 263 por MWh em 2013. “Quem está sem contrato ou em fase de renovação e vai precisar de energia de curto prazo sentirá uma grande diferença no preço. Acostumado a um preço médio histórico baixo, entre R\$ 30 e R\$ 40 por megawatt-hora, agora vai precisar pagar, em média, R\$ 200”, diz Erik Eduardo Rego, diretor da consultoria Excelência Energética. A expectativa de um preço mais saudável para esse mercado, segundo Rego, deve ficar para 2015.

4% é o percentual de reajuste referente a 2013 que a Copel ainda tem de repassar ao consumidor neste ano. No ano passado, a Aneel autorizou aumento de 14,6%, mas a concessionária repassou apenas 9,5% e deixou 4% para o próximo reajuste, em junho.

Para especialistas, o grande problema do modelo adotado pelo governo federal é que ele “mascara” o verdadeiro custo da energia. “Foi dito para o consumidor que graças a uma medida provisória a energia ficaria 20% mais barata, mas boa parte dessa redução já foi absorvida novamente”, afirma Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil.

Quando reduziu as tarifas, um ano atrás, o governo não contava com um despacho tão elevado das térmicas. Para aliviar o caixa das distribuidoras, emitiu mais de R\$ 1,5 bilhão em títulos do Tesouro Nacional.

“O governo bancou a conta das termelétricas à vista e nós vamos pagar a suaves prestações. A política do governo me parece muito clara: eliminar qualquer risco de apagão, mesmo que seja a um preço bastante elevado, e evitar que esse custo impacte na inflação”, avalia Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), do Instituto de Economia da UFRJ.

---

## Matemática complicada

Para evitar aumento na conta de luz ainda em 2013, o governo socorreu o setor com R\$ 9,5 bilhões vindos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que bancou a operação das térmicas. Mas essa fonte secou: no fim de 2013, restavam apenas R\$ 45 milhões na CDE.

O Planalto também desembolsou R\$ 13,2 bilhões com indenizações às companhias elétricas pela renovação antecipada das concessões. Esse dinheiro veio de outro fundo do setor, a Reserva Global de Reversão (RGR). O governo ainda tem de pagar R\$ 7,6 bilhões em indenizações neste ano, mas a RGR terminou 2013 com saldo de apenas R\$ 2,3 milhões.

“O pagamento das indenizações pela antecipação dos contratos de concessão e o rombo de caixa criado pelas térmicas esgotaram os recursos do governo em 2013. Como eles vão arrumar dinheiro para tapar esse buraco ainda é uma incógnita. No final, sempre cai na conta do contribuinte”, diz Sales.

### **Governo adiou “bandeiras” para 2015**

O adiamento em um ano do sistema de “bandeiras tarifárias”, que começaria em 2014, deve aliviar a pressão inflacionária, mas tende a piorar o caixa das distribuidoras no curto prazo. Com a postergação, as companhias ainda não poderão fazer o repasse imediato do custo da energia térmica aos consumidores, como estava previsto. Hoje esse custo é repassado uma vez por ano, na data do reajuste da concessionária (24 de junho, no caso da Copel).

Quando o sistema for implantado, as bandeiras indicarão a previsão de custo para o próximo mês com base nas condições de geração de energia: a bandeira verde indica custo abaixo de R\$ 200 por megawatt-hora (MWh); a amarela sinaliza custo entre R\$ 200 e R\$ 349 por MWh; e a vermelha, valores superiores a R\$ 350 por MWh.

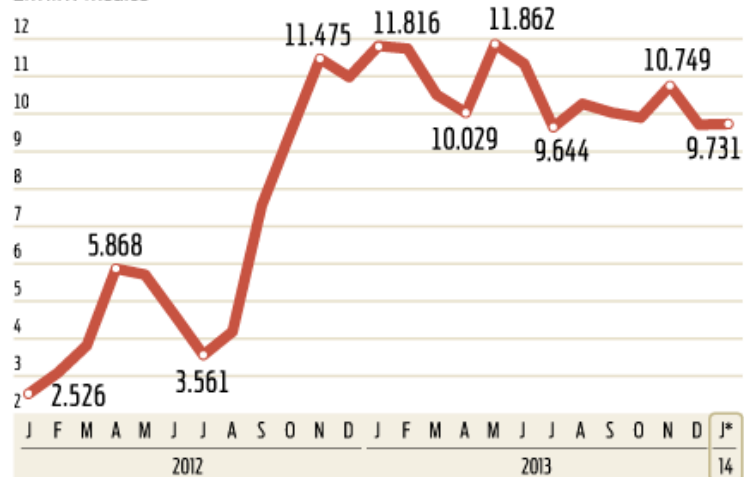
As bandeiras ajudarão a fazer ajustes mensais no custo da energia. “O lado positivo é que as pessoas sentem um aumento de preço imediato e tendem a economizar”, diz Erik Eduardo Rego, diretor da consultoria Excelência Energética.

## CALOR

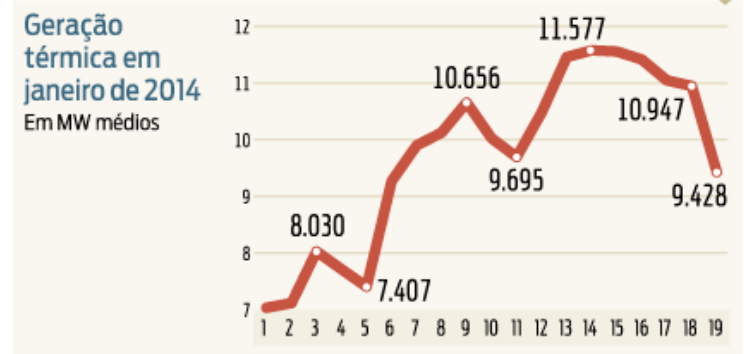
O calor intenso do início de janeiro elevou a demanda por energia e fez a geração térmica chegar a 11.577 megawatts médios no dia 14, o maior volume desde 5 de dezembro de 2013.

### Geração térmica

Em MW médios



\*Média dos primeiros 19 dias de janeiro de 2014



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

Para piorar o cenário, o primeiro mês de 2014 vem registrando consumo recorde de energia e reservatórios baixos, o que não permite o desligamento das termelétricas e eleva o risco de uma alta ainda maior no preço em 2015. Os lagos do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que concentram 70% da capacidade de armazenamento do país, estão em apenas 41% do nível máximo. O índice é maior que o de um ano atrás (34%), mas ainda preocupa.



O reajuste relacionado ao uso de térmicas em 2013, estimado entre 7% e 10%, será parcelado em cinco anos por decisão do governo – antes, ele era todo repassado no momento do reajuste anual de cada concessionária.

“Apesar dos aumentos previstos para este ano, a tendência é de que haja uma pressão de preços maior em 2015, depois das eleições”, observa Erik Eduardo Rego, diretor da consultoria Excelência Energética.

Para especialistas, o grande problema do modelo adotado pelo governo federal é que ele “mascara” o verdadeiro custo da energia. “Foi dito para o consumidor que graças a uma medida provisória a energia ficaria 20% mais barata, mas boa parte dessa redução já foi absorvida novamente”, afirma **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**.

Quando reduziu as tarifas, um ano atrás, o governo não contava com um despacho tão elevado das térmicas. Para aliviar o caixa das distribuidoras, emitiu mais de R\$ 1,5 bilhão em títulos do Tesouro Nacional.

“O governo bancou a conta das termelétricas à vista e nós vamos pagar a suaves prestações. A política do governo me parece muito clara: eliminar qualquer risco de apagão, mesmo que seja a um preço bastante elevado, e evitar que esse custo impacte na inflação”, avalia Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), do Instituto de Economia da UFRJ.

### **Matemática complicada**

Para evitar aumento na conta de luz ainda em 2013, o governo socorreu o setor com R\$ 9,5 bilhões vindos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que bancou a operação das térmicas. Mas essa fonte secou: no fim de 2013, restavam apenas R\$ 45 milhões na CDE.

O Planalto também desembolsou R\$ 13,2 bilhões com indenizações às companhias elétricas pela renovação antecipada das concessões. Esse dinheiro veio de outro fundo do setor, a Reserva Global de Reversão (RGR). O governo ainda tem de pagar R\$ 7,6 bilhões em indenizações neste ano, mas a RGR terminou 2013 com saldo de apenas R\$ 2,3 milhões.

“O pagamento das indenizações pela antecipação dos contratos de concessão e o rombo de caixa criado pelas térmicas esgotaram os recursos do governo em 2013. Como eles vão arrumar dinheiro para tapar esse buraco ainda é uma incógnita. No final, sempre cai na conta do contribuinte”, diz Sales.

### **Governo adiou “bandeiras” para 2015**

O adiamento em um ano do sistema de “bandeiras tarifárias”, que começaria em 2014, deve aliviar a pressão inflacionária, mas tende a piorar o caixa das distribuidoras no curto prazo. Com a postergação, as companhias ainda não

poderão fazer o repasse imediato do custo da energia térmica aos consumidores, como estava previsto. Hoje esse custo é repassado uma vez por ano, na data do reajuste da concessionária (24 de junho, no caso da Copel).

Quando o sistema for implantado, as bandeiras indicarão a previsão de custo para o próximo mês com base nas condições de geração de energia: a bandeira verde indica custo abaixo de R\$ 200 por megawatt-hora (MWh); a amarela sinaliza custo entre R\$ 200 e R\$ 349 por MWh; e a vermelha, valores superiores a R\$ 350 por MWh.

As bandeiras ajudarão a fazer ajustes mensais no custo da energia. "O lado positivo é que as pessoas sentem um aumento de preço imediato e tendem a economizar", diz Erik Eduardo Rego, diretor da consultoria Excelência Energética.

### **Dependência não vai diminuir, diz especialista**

Mesmo que os reservatórios estejam transbordando (o que não é o caso hoje), o país vai continuar dependente da energia térmica, mais cara e poluente. A avaliação é de Claudio Sales, do Instituto Acende Brasil.

"Há 12 anos, a proporção de energia armazenada nos reservatórios seria suficiente para seis meses de consumo. Hoje é suficiente para quatro meses. O consumo cresceu num ritmo maior que a capacidade de armazenamento", explica. "A maior parte das hidrelétricas possíveis hoje são a fio d'água, sem reservatório. Isso significa que precisaremos ter o acionamento cada vez mais constante das térmicas."

Outro problema, segundo ele, é que o parque térmico brasileiro foi construído com baixo investimento de construção e alto custo de geração, para atender apenas demandas pontuais. Segundo estudo do Acende Brasil, quase 42% da capacidade térmica do país tem custo unitário variável (CVU) acima de R\$ 200 por MWh – mais que o dobro do custo de boa parte das hidrelétricas.

### **Curto prazo**

A alta geração térmica afeta sobretudo o preço da energia de curto prazo, que deve ficar acima de R\$ 200 por MWh, segundo estimativa das comercializadoras. Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) médio ficou em R\$ 263 por MWh em 2013. "Quem está sem contrato ou em fase de renovação e vai precisar de energia de curto prazo sentirá uma grande diferença no preço. Acostumado a um preço médio histórico baixo, entre R\$ 30 e R\$ 40 por megawatt-hora, agora vai precisar pagar, em média, R\$ 200", diz Erik Eduardo Rego, diretor da consultoria Excelência Energética. A expectativa de um preço mais saudável para esse mercado, segundo Rego, deve ficar para 2015.

4% é o percentual de reajuste referente a 2013 que a Copel ainda tem de repassar ao consumidor neste ano. No ano passado, a Aneel autorizou aumento de 14,6%, mas a concessionária repassou apenas 9,5% e deixou 4% para o próximo reajuste, em junho.